



PROFESSOR-ATOR CONSTRUTOR DE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA A CULTURA E A ARTE: UMA PROPOSTA POSSÍVEL

Abdias Correia de Cantalice Neto (UEPB)¹

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a importância da cultura e da arte para a educação, área em que migram inúmeros participantes da sociedade. Sendo que a atuação da gestão escolar no processo de proposição das práticas culturais-educativas possibilitará uma emancipação do jovem membro da sociedade e possível construtor de identidades moldadas pela arte. Educação, cultura e arte são áreas que se inter-relacionam. Propor uma educação voltada para os valores em que o indivíduo, passa de receptor de informações para proponente de modalidades artísticas gerará o crescimento intelectual e culturalmente ativo de uma sociedade que espera muito do sistema de educação. A educação só será o eixo construtor da sociedade se essa interagir nos seus âmbitos de produção. Não se admite em qualquer sociedade moderna a escola como instituição estanque e focada em apenas uma ramificação da sociedade. Ela é o viés que a sociedade precisa para se construir como um todo participativo e construtor de identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Cultura, Arte, Identidade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the importance of culture and the art to education an area where many migrate participants of society. Since the performance of school management in the process of proposing cultural and educational practices allow emancipation of young member of society and possible builder identities shaped by art. Education, culture and art are areas that are interrelated. Propose a values-driven education in which the individual passes information to the receiver proponent of artistic modalities generate intellectual growth and cultural assets of a society that expects much of the education system. Education is only the axis if the builder of society interact in their areas of production. Not allowed in any modern society the school as an institution tight and focused in only one branch of the society. She is the bias that society needs to build as a whole and builder of participatory identities.

KEY-WORDS: Education, Culture, Arts, Identity.

¹ Aluno do Programa de Pós Graduação em Literatura e Interculturalidade – PPGLI – UEPB
abdiascantalice@gmail.com

1. Introdução

Discutir educação em pleno século XXI era do conhecimento e das manifestações nos meios virtuais não tem sido tarefa fácil para educadores e demais entes ligados à educação, pois a educação deixou de ser o único meio de saber e tornou-se diluída nas camadas abstratas das tecnologias de informação e de comunicação. Fala-se muito em propostas inovadoras que possibilitem uma emancipação do indivíduo/aluno para o sucesso de sua aprendizagem. Isso permite uma busca constante por políticas que influenciem o meio e sirva de parâmetros para a nova escola que se pretende alcançar, possibilitando uma maior interação do aluno com a escola. Isso não é fácil, pois o aluno está disperso em meio a todas estas tecnologias.

Numa sociedade em que o capitalismo tem sido mentor das construções e relações sociais, fica claro a preocupação de tentar incluir a educação associada com outros saberes e com outras áreas que são, também, vitais para o campo do ensino e da aprendizagem. A arte e as atividades relacionadas com a cultura local e os produtores, ativistas culturais da própria comunidade possibilitar-se-á o desenvolvimento da consciência artística e cidadã do aluno e *a posteriori* com a sociedade. Não há como construir propostas educacionais sem associar-lhes à cultura e à arte. Sendo assim, educação, arte e cultura estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento do saber do aluno. E no caso, cultura enquanto saber fazer: arte, mídia, diálogo, interação social.

Discutir e escrever algo novo sobre as relações entre cultura e educação é um desafio, principalmente em um país em que as preocupações com a cultura de um povo e os acessos aos saberes têm sido deixados em segundo plano. O que se pode direcionar são alguns questionamentos sobre: o que venha a ser cultura? O que se entende por Educação? Como associar a educação e a cultura? Como propor políticas educacionais que valorizem o fazer cultural do indivíduo? Entendendo cultura como manifestação artística, o aluno propositore e fazedor de culturas e artes crescerá em seu meio e conseqüentemente inserir-se na comunidade como um cidadão que busca e que cria cultura.

Responder estas perguntas possibilitará trilharmos caminhos para uma educação pautada na cultura e no desenvolvimento intelectual e cidadão do aluno. Através da cultura/arte introduzida nas escolas como elemento propulsor de aprendizagem, pode-se pensar numa educação de qualidade. Se a gestão educacional propuser incentivar e favorecer a inserção de políticas públicas voltadas para o amadurecimento cultural do jovem, teremos resultados menos alarmantes e mais positivos, no que tange aos indicadores nacionais.

O presente trabalho tenta discutir educação, arte e cultura como áreas que se inter-relacionam e se aproximam para o sucesso do aluno no campo do saber. A escola deixa de ser uma instituição voltada para o propedêutico, para o saber apenas formal e direciona sua proposta para outros campos, principalmente o da cultura.

Notadamente não se discute cultura apenas em seu aspecto de formação identitária, mas como aceção de saberes propícios à aquisição do conhecimento. Os muitos entendimentos de hoje sobre o significado de cultura e arte e conseqüentemente o que seja arte, relacionado com educação e com conflitos entre alunos, docente, e gestão se encontram no centro de tais embates. Por isso discute-se educação e cultura como áreas que se aproximam e se relacionam para o sucesso do aluno no processo de aquisição da aprendizagem.

Abordar a gestão escolar, gestão enquanto sistema de participação no meio escolar, e sua atuação nos meandros da escola como entidade propositora de saberes e de manifestações expressiva de linguagem só poderá efetivar-se através da prática do professor como mentor de propostas artísticas voltadas para a educação e a cultura.

Alunos saem de suas residências em busca de inovações no campo do saber, mas a carência cultural e artística em que as escolas de nosso país se apresentam possibilita uma dispersão exagerada, agravando a situação dos indicadores educacionais. Discutiremos aqui a criação, por gestores escolares, por professores, de políticas públicas voltadas para o saber seja formal, seja artístico-cultural, possibilitando uma emancipação cidadã daqueles para quem a escola deve direcionar suas políticas: a comunidade como um todo e especialmente o aluno, que, carente de elementos que possibilitem a criação de identidades moldadas na construção do saber fazer, possa se encontrar com o outro neste processo de construção e amadurecimento das consciências construtoras de identidades valorativas e amadurecidas no campo intelectual.

Portanto levantamos o seguinte problema. Poderá a cultura como elemento de política educacional melhorar as práticas de gestão e melhorar efetivamente o processo de aquisição da aprendizagem? O professor em sua função pode contribuir em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e cultural de uma escola/sociedade? Até que ponto a cultura e a arte poderão ser instrumento de emancipação do indivíduo?

Responder estas e outras perguntas que surgirão neste estudo servirá como parâmetro de uma política educacional pautada no fazer do aluno e na efetiva função do gestor. No entanto, nossa pretensão, necessariamente, não é responder a todas estas perguntas, mas apontar um norte para que se entenda política educacional como espaço de confrontos em que

os indivíduos ali fincados não se tornem estanque, mas construtores de identidades, que valorizem os espaços, que valorizem o humano, que valorizem o fazer, em especial: o fazer artístico do aluno.

O presente trabalho tem como proposta discutir educação, arte e cultura como áreas que se relacionam. Uma análise reforçando a discussão sobre o papel da escola enquanto promotora de atividades culturais em que a arte e a cultura contribuirão para a mudança do pensamento e das práticas educacionais: a educação só será efetivamente construtora se atrelarmos a ela outras manifestações artístico-culturais, construtoras de identidades plena de consciência cidadã.

Muito se fala em inovar na educação, mas devemos considerar que pouco tem sido feito para o desenvolvimento da educação como propulsora de amadurecimento identitária. Através de educação, fundamentada em políticas que favoreçam ao desenvolvimento da consciência intelectual e artística do ser, poderemos encontrar uma solução imediata para o que se caracteriza como problemática da educação.

Entendemos que, com o gerenciamento de uma escola que possibilite ao professor e ao aluno emanciparem-se intelectual e culturalmente, poderemos encontrar caminhos para o desenvolvimento da escola e da sociedade como um todo. Se a escola além de suas restritas atribuições, com suas políticas de amparo estritamente pedagógico, implantar em outro turno, oficinas das diversas manifestações artísticas, como oficinas de teatro, oficinas de músicas, oficinas de dança, oficinas pintura, de leitura e de escrita, permitirá ao aluno envolvido no processo um maior aprendizado e uma melhor interação com o meio em que ele está inserido.

2. Gestão escolar: limites e possibilidades

Discutir gestão educacional num país onde as políticas de descentralização educacional ainda engatinham, perpassa por práticas de vícios nem sempre voltados para a efetiva democratização da escola. Gerir recursos sem a efetiva politização das aplicações provoca um transtorno à comunidade escola. Gestão democrática de recursos deve ser dirigida por uma estrutura montada e organizada por todos que inseridos no processo constituam a gestão e a comunidade escolar nos procedimentos de escolhas. Participar das decisões e contribuir para uma proposta voltada para a valorização do ser enquanto produtor de arte possibilita ao engrandecimento e valoração do ser cultural.

Ser professor é está inserido no processo de busca por uma educação de qualidade, educação esta que amparada por elementos valorativos no que tange a essência do ser

enquanto produtor de arte servirá para o engrandecimento da comunidade partícipe na construção de uma educação melhor. Esta busca pela qualidade da educação tem sido o objetivo principal de muitos que acreditam na educação como fomentadora de saberes. Assim é importante verificar que as políticas públicas de educação quase sempre se referem à qualidade da educação. O termo qualidade, no entanto, tem tomado forma e conteúdos diferentes, com o passar dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e na educação. Nos últimos anos, a busca pela qualidade tem sido o “motor” das políticas de ações na educação, por vezes contraditórias. Convém verificar qual a lógica predominante que a qualidade passa a adquirir nesses últimos anos.

Portanto, ao discutir sobre educação é necessário entendermos até que ponto o professor trilhará para encontrar uma resposta para a qualidade educacional, enquanto promotora de valores e agenciadora de identidade.

Para isso entender a atuação do professor como partícipe e promovedor de equilíbrios entre os envolvidos no processo deve-se levar em consideração a construção de debates voltados para a democratização dos saberes, ali propostos, estes inseridos nos processos de aquisição da aprendizagem. Seja ela formal, seja ela atrelada a valores culturais, artísticos e de propensão para a motivação dos alunos como produtores de artes. O que não tem sido fácil, pois, acreditamos que a arte é uma atividade imprescindível para a educação, sendo que:

a educação **estética** refere-se primordialmente ao desenvolvimento dos sentidos de maneira mais acurada e refinada, de forma que nos tornemos mais atentos e sensíveis aos acontecimentos em volta, tomando melhor consciência deles e, em decorrência, dotando-nos de maior oportunidade e capacidade para sobre eles refletirmos. Até a própria ciência admite, em seus procedimentos metodológicos, que uma boa observação do problema, um reparar naqueles seus detalhes aparentemente mais insignificantes, constitui grande parte do caminho a ser percorrido rumo à sua solução. (DUARTE JR, 1998, p.185. Grifo nosso).

Muitas vezes, no cotidiano das escolas, os professores mencionam que uma das principais dificuldades enfrentadas em seu trabalho cotidiano é a sua relação com os “outros”: queixam-se das dimensões conflitivas dessa relação, que nem sempre geram sucesso, das dificuldades com os consensos, com o comprometimento e engajamento do grupo. De modo contraditório, expressam também que o principal fator motivador de seu trabalho é justamente poder atuar com os “outros”. Movidos por essas contradições, os docentes, com frequência, expressam atitudes ambivalentes com relação ao coletivo da escola, atitudes que podem variar entre dois extremos: atitudes de condescendência, de paternalismo (o que dá origem a uma participação consentida, tutelada do coletivo escolar), ou atitudes autoritárias, reproduzindo as relações entre prepostos e comandados. Em ambos os “modelos”, com todas as variantes que

possam apresentar, o fato básico é a negação do Outro como um Igual. Isso deixa claro, as intempéries do sistema educacional como ambiente de diálogo sempre conflitivo, caráter máximo das relações interpessoais.

3. Educação e Cultura: áreas que se relacionam

O trabalho do professor, valorizando a cultura e a arte, construtoras de identidades, serve de parâmetro para a criação de políticas públicas voltadas para o fazer do aluno. Um professor não é o indivíduo que propõe uma escola enquanto espaço estanque, mas como parte diversificada por outras expressões, seja cultural, seja de construção de uma consciência cidadã, sendo que o artigo 26 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – estabelece que:

os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 2010, p. 9)

Para pensar educação como atribuição de valores culturais e artísticos deve-se trilhar por outras áreas, tais como a do Direito, entendendo a lei de Diretrizes e Bases e suas determinações, a do currículo, repensando os estilos e as práticas de ensino, a área cultural com atividades em outros turnos. Analisar educação em dias atuais pode ser tarefa que demande um aparelhamento muito maior do que se tem hoje, como a relação intrínseca entre o professor e os outros aparelhos dominantes promotores da educação básica. Por isso faz-se necessário à instituição, com os devidos direcionamentos, seja no regimento interno da escola, seja inserido no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, discriminando todas as etapas de inserção, de intervenção e promoção da arte na escola, voltadas para a diversidade cultural, como destaca a Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural em seu artigo 1º:

Artigo 1 - A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessário como a diversidade biológica para os organismos vivos. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 1998, p 11).

Construindo com estes princípios um Projeto Político Pedagógico eivado de valores e significações, que permitem o amadurecimento intelectual e cidadão do nosso alunado, que busca através das artes uma identidade moldada nos valores culturais dos quais está se apoderando.

4. Projeto Político Pedagógico como elemento necessário à intervenção

Discutir o Projeto Político Pedagógico, PPP daqui em diante, é na verdade olhar criteriosamente a Escola, fazer um raio-X de toda a realidade em que a escola está inserida. Mas devemos considerar em primeiro lugar o envolvimento dos partícipes desta Escola. Quem está de fato envolvido com a escola? O que temos como atuação de docentes e de discente? Há envolvimento daqueles que são os imediatos da escola (alunos e professores).

A educação no Brasil hoje é pautada nas discussões de conflitos: discute-se salários, discute-se carga horária. Se estivermos envolvidos nas proposições de construção e de escolhas sobre o PPP, construiremos uma política educacional que valorize a democracia, a participação e a proposição de atitudes na Escola, esta como interventora dos saberes e dos fazeres do aluno, que envolvido construirá sua identidade voltada para a arte e a cultura. A função do professor é dirimir metas e objetivos que pleiteiem a valorização da entidade organizacional. Nesse sentido, a figura do professor-ator-educador é fundamental, visto que ele poderá a partir da colaboração e participação de todos, orientar, dando as devidas condições, para que de fato a cultura seja parte presente no processo de construção e elaboração do PPP com suas metas e propostas inseridas no currículo: a arte enquanto produção de identidade, valorizando o saber e o fazer do aluno, que atua nesta construção, pois:

Analisar a escola como espaço sociocultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leve em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levando a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sociocultural, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui. (DAYRELL, 2006, p.136)

Assim, com essa inserção podemos acreditar que construiremos um perfil educacional voltado para uma nova pedagogia, que proponha uma valorização do fazer do aluno, transformando-o num ser liberto e construtor de seu meio.

Devemos levar em consideração que o professor deve trabalhar sistematicamente pela realização de um Projeto que direcione políticas públicas voltadas para a diversidade artística de uma comunidade. Não é algo que se constrói em algumas reuniões, mas durante todo o processo de existência da Escola. Construir o Projeto cultural da Escola é dar sentido as atribuições do professor, não só como membro do corpo administrativo de uma hierarquia pública, mas como aquele que trará novos caminhos para a escola nas suas funções sociais. Democracia e participação nesta construção só se efetivarão se todos participarem da elaboração de tal projeto cultural. Neste o caminho ficará mais positivo e os resultados serão mais explícitos. É na interação social que se constrói o mundo, com uma sociedade mais consciente e mais democrática, assim:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é somente de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 2002, p.85-86).

É com a participação de todos envolvidos na educação e nas construções de qualquer proposta educacional que se faz uma educação melhor, pautada de fato num projeto diverso e consciente, que valorize os que fazem um mundo melhor.

Precisamos de direcionamento, pois não se constrói um PPP, com maturidade criadora e propulsora de identidades, construídas a partir de novas perspectivas educacionais, sem vontade política e entendimento de direitos e deveres. Como bem afirma Gadotti (2000):

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político, O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000, p.9).

A vontade política e o direcionamento de ações propiciarão e viabilizarão sua construção adequada e recheada de construtos eficazes para as metas elaboradas. Educação escolar voltada para a arte e a cultura, e neste caso incrementada com o esporte, deve ser orientada por uma proposta que se adeque a realidade social, histórica e política da comunidade, voltada para o desenvolvimento local, na qual a escola elaborará suas metas e demonstrará suas realizações periodicamente, para que todos interajam com a escola e a escola se relacione com a comunidade.

Em época de discussão sobre sustentabilidade construir um PPP que valorize a cultura e as construções identitárias só elencará os anseios da comunidade escolar que busca estar consciente de seus anseios.

Na escola brasileira hoje, a busca tem sido dolorosa, pois culturalmente estamos enraizados em posturas clientelistas que preferem valorizar as discussões menos apropriadas, do que responder as diversas demandas provenientes de um Projeto Político Pedagógico. Mas acredita-se que no trabalho e nos caminhos valorativos de uma cultura social elevada de valores estéticos construiremos este caminho que serve para o crescimento institucional da educação do país. Recursos oriundos de programas federais, dentre eles o PDE-Escola facilita a criação de atividades artístico-cultural no contra turno, permitindo que o aluno retorne a escola como um produtor de cultura e de arte e o “Mais Educação” que é a mais nova proposta do Governo Federal para a criação de políticas públicas que valorize como menciona (CERTEAU, 1998) o fazer do aluno, portanto o aluno deixa de ser um mero partícipe neste processo e passa a ser autor da arte, e claro sendo ele artista:

desafia as coisas como são, para revelar como poderiam ser, segundo um certo modo de significar o mundo que lhe é próprio. O conhecimento artístico se realiza em momentos singulares, intraduzíveis, do artista ou do espectador com aquela obra particular, num instante particular (BRASIL, 1997, p.28).

5. PDE – Escola: um caminho necessário

Discutir política educacional num país onde as práticas de descentralização educacional ainda engatinham, perpassa por atuações cheias de vícios, nem sempre, voltados para a efetiva democratização da escola. Gerir recursos sem a efetiva politização das aplicações provoca um transtorno à comunidade escola. Gestão democrática de recursos deve ser dirigida por uma estrutura montada e organizada por todos que inseridos no processo constituam a escola e a comunidade escolar nos procedimentos de escolhas.

Políticas educacionais e investimento em educação andam lado a lado. Propor uma melhoria na educação sem a gerência imediata de recursos gera infortúnios para a comunidade e para a escola. Devemos considerar os avanços que a aplicação de recursos trouxe para o desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB – serviram para a melhor sistematização de Escola. PDDE, PDE-Escola e Escola Acessível são alguns exemplos que podemos destacar.

Em especial devemos destacar os recursos oriundos do PDE-Escola que não só contribuiu para inserção de novas práticas, mas também possibilitou à efetiva aplicação de dinheiro voltada para a cultura e a arte. A escola inicia-se a devida maturidade como promotora de eventos culturais que serviram de base para a construção de uma identidade amadurecida por parte dos alunos e envolvida sistematicamente pelos professores, que entendendo o caminho da arte e da cultura construíram suas propostas de ensino atreladas ao que determina a escola, sendo a cultura e as artes de modo geral possibilidades para a nova educação que se encontra nos meandro do novo milênio, como bem cita Hall:

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural (HALL, 1997 p.97).

Políticas culturais patrocinadas pelo poder público como propositor de novas demandas educacionais e de valorização dos indivíduos, neste processo de construção identitária.

Mas devemos destacar que mesmo com estes recursos, se a aplicação não estiver eivada da democratização, não poderá surtir os devidos efeitos buscados por aqueles que propõem a devida democratização. Para isso, devem-se amadurecer os programas de fortalecimentos e de fiscalização atrelados à educação. Conselhos Escolares e Conselhos Municipais precisam estar aparelhados com o conhecimento sobre financiamento e sobre aplicação de recursos. Para tanto, foi criado os programas de fortalecimento dos conselhos, Pró-Conselho. Pois são necessários para que se compreendam os programas e as possíveis aplicações e a gerência efetiva dos recursos. Destinar dinheiro para que escola e comunidade, como um todo, manipule deve estar diretamente atrelado à democratização do ensino e da Educação e de sua real aplicabilidade.

6. PDE-Escola: uma possibilidade de melhoria da educação, a cultura e o esporte.

Um programa que entendemos ser o de melhor adequação para as práticas de ensino é o PDE-Escola. Sendo este um programa centrado na elaboração de ações que possibilitem uma melhoria nas práticas de ensino pode ser a efetividade da gerência de recursos. Assim como diz Dourado o programa tem como meta:

a busca da eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público, ao focalizar o ensino-aprendizagem e as práticas de gestão das escolas e secretarias de educação. As estratégias descritas no PDE enfatizam o desenvolvimento de ações para aperfeiçoar o trabalho, elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais (DOURADO, 2007, p.8).

Ao criar ações que melhor se adequem à sua prática, o professor, o gestor e demais funcionários da escola, além da comunidade em geral, facilitará uma melhor aplicação de recursos e uma melhor prática de ensino e aprendizagem. Quando se cria propostas de metodologia de ensino os destinos de dinheiro facilita àquele que espera por melhores condições na escola e para a comunidade que esperam resultados. O PDE-Escola trouxe possibilidades de mudanças nas práticas democráticas da escola. Quem propõe as ações de melhoria do ensino e da aprendizagem é o professor, pois ou ele é o coordenador, ou ele é o líder de objetivos, ou ele é o gerente do plano de ação. Isso possibilita a efetiva aplicação de recursos por aquele que está, juntamente com o aluno, na ponta do processo aguardando resultados e propondo novas metodologias.

Por ser uma ferramenta que auxilia a escola a entender seus caminhos e melhor entender seu trabalho constitui uma praticidade de fato, voltada para o sucesso da educação. Acreditamos que, se o professor que está diretamente ligado ao aluno, poderá propor uma prática de gestão atrelada à metodologia com recursos que servirão para melhorar sua atividade gerará resultados mais eficazes e possíveis de realização do sucesso escolar. Gestão de recursos e práticas de ensino devem estar lado a lado quando se trata de aplicação de recursos. Houve um grande avanço nas destinações, apesar de merecer uma ressalva, os recursos destinados para o PDE-Escola estão atrelados a resultados e isso termina gerando algumas ambiguidades, como, por exemplo, a aplicação de recursos e o não efetivo sucesso.

7. PDDE e o fortalecimento da estrutura educacional.

Um dos programas mais antigo e que melhor se adequou às práticas escolares foi o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE – pois atrelado a ele veio a gerência dos recursos organizada pelos conselhos escolares e a participação real do professor. Isso mostra um avanço na aplicação, uma vez que o professor conhece a realidade que o cerca. Falta de materiais de expediente, carências de infraestrutura, inadequação dos espaços, violências,

desrespeito, além, claro, de caminhos, principalmente aqueles que poderiam favorecer o ensino e a aprendizagem, como laboratórios, bibliotecas, salas de recursos, área de lazer, espaço para oficinas de arte, etc.

Falar em recursos sem discutir a democratização gera antagonismos, pois quem deve manipular quaisquer recursos destinados a Escola? Como devolver para a sociedade efetiva destinação, ou manipulação de dinheiro? Propor a discussão valorizando a opinião da comunidade será um avanço incondicional para a Educação. Mesmo com a melhoria da destinação de recursos ainda estamos atrelados a um sistema de manipulação, Prefeitos e Secretários tendem a controlar as aplicações de divisas. No Brasil, uma grande maioria dos gestores escolares, e claro, gestores de recursos são remanescentes de cargos em comissão. Isso prejudica a democratização da escola e sua gerência de recursos. Faz-se necessário a atuação do professor nos processos de escolhas e manipulação de valores para a escola.

Falar em democratização do ensino sem propor a democratização da gestão é atrelar qualquer recurso à prática financeira de prefeitos e secretários. O PDDE trouxe avanços, pois mesmo com possíveis intervenções dos executivos a problemática apresentada pelas escolas trouxe à tona direcionamentos e indicações para a aplicação do Programa.

Mas devemos levar em consideração que a exemplo de escolas que destinam os recursos do PDDE em acordo com os conselhos escolares permitiu um significativo avanço para a melhoria da educação e um maior monitoramento para os resultados positivos em relação ao ensino e a aprendizagem. Aplica-se em situações que gerem dificuldades para apresentar resultados positivos, voltados para o alunado, que, sendo a ponta da destinação de recursos, receberá a efetiva proposição de qualquer investimento: o sucesso escolar.

8. Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares a democratização da escola

Não se deve discutir aplicação de recursos sem a devida democratização do ensino e da Escola. O investimento em educação sempre está atrelado a o poder. A sociedade precisa participar das escolhas e das decisões sobre destinações de recursos. Uma possibilidade de buscar o entendimento e a participação no processo de democratização do ensino é a criação do Pró-Conselho. Programa destinado a aperfeiçoar, a monitorar a aplicação de recursos manipulados pelas Unidades Executoras – UEx – serve como contraponto das práticas existentes. Ainda é escasso e permeada de vícios, pois os processos de escolha de membros das UEx não seguem os princípios democráticos do direito. Mas já houve um grande avanço,

os conselheiros escolares começam a entender o seu papel e a comprar, de fato, os resultados propostos nas ações indicadas nos planos e programas. Seja o PDDE, seja o PDE-Escola as aplicações perpassam pelo crivo dos conselheiros escolares e a comunidade educacional.

Discutir recursos para a educação não tem sido tarefa fácil. Muito dos entendimentos sobre destinações, aplicação e gerência de recursos ainda estão atrelados a cultura da centralização. Muitos avanços aconteceram, mas acreditamos que com as propostas de democratização da gestão escolar: eleição para diretores favorecerá a novas metodologias, seja ela de gestão pedagógica, seja ela de gestão de recursos.

9. Considerações finais

A educação por mais que seja vítima de estereótipos, deve ser entendida como único e exclusivo caminho para o sucesso. Neste trabalho, serviu de parâmetros para entender a prática de atividades culturais como um todo, gestão democrática, gerenciamento, programas e ações que, de fato, sirvam para uma melhor qualidade na escola. O alunado deixa de ser meros expectadores e passa, de fato, a atuar como criador de sua arte. Alunos envolvidos na arte e na cultura local passam a atuar como autor e co-autor de técnicas, de saberes, de valores éticos e cidadãos. Passa a olhar sua cidade, sob a ótica da incorporação artística. Sofisticadamente realizar-se-á uma mostra de valores não voltados para o clientelismo atual da mídia, mas práticas que valorizem o ser. Acreditamos que com a arte e a cultura incorporada aos meandros de escola possa se conseguir uma educação de qualidade. Este modelo de educação em que a arte está intimamente relacionada às práticas de ensino servirá de *modus operandi*, para todos que desejam se atualizarem no processo criativo da arte e da cultura, voltados para a educação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC, 1997.
- _____. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Ministério da Educação. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: arte de fazer**. 3 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; PACÍFICO, Juracy Machado; ESTRELA, George Queiroga, (Org.), **Gestão Escolar: Enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Curitiba Ed. CRV, 2009.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos Olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. In. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

DUARTE Jr. **Fundamentos estéticos da Educação**. Campinas: Papirus, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários para a prática docente**. São Paulo, Perspectiva: 2002.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LIMA, Elvira Souza (Org). **Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitex, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Básica. Conselho Escolar e a Aprendizagem na escola. Elaboração Ignez Pinto Navarro. et. al. Brasília: MEC/SEB. 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade cultural**, Mondiacult, México, 1982.